

3971520 - CVM Enviar Con:

ENET - EMPRESAS.NET

Envio de Documentos

Documentos Enviados

Outras Funcionalidades

(frmCancelarDocumento.aspx)

Documentos Enviados IPE Online

(frmCancelarDocumentoIpeOnline.aspx)

A- A+**Protocolo**

O documento foi entregue para CVM e B3

Empresa

Código CVM:

1520

Nome

BARDELLA S.A. INDUSTRIAS MECANICAS

Informações Periódicas e Eventuais

Protocolo de Recebimento:

001520IPE300420190104355512-69

Tipo de Documento:

Assembleia - AGO - Proposta da Administração

Versão:

1

Data prevista para a realização da
assembleia

30/04/2019 15:00

Data de Entrega:

31/03/2019 21:13

****Atenção:** A atualização desse protocolo no sistema EmpresasNet é automática. Caso essa atualização não ocorra automaticamente, o protocolo de recebimento deste documento deve ser atualizado no sistema através da função "Manutenção do Protocolo"!

Imprimir

Informações requeridas pela Instrução CVM nº 481/09

Documentos para a AGO a realizar-se em 30 de abril de 2019

**BARDELLA S/A INDÚSTRIAS MECÂNICAS
CNPJ/MF 60.851.615/0001-53
NIRE 35 300 037 294
COMPANHIA ABERTA**

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Convidamos os Senhores Acionistas para participarem da Assembleia Geral Ordinária a ser realizada no dia **30 de Abril de 2019, às 15 horas**, na sede social da Companhia à Avenida Antonio Bardella, 525, Cumbica, Guarulhos, Estado de São Paulo, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia:

- I) Examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social findo em 31/12/2018;
- II) Proposta do Conselho de Administração sobre a não distribuição de dividendos;
- III) Eleição dos membros do Conselho de Administração e fixação da remuneração para o Conselho de Administração e Diretoria;

O percentual mínimo da participação do capital social votante necessário à requisição do sistema de voto múltiplo é de 5% (cinco por cento), em conformidade com a Instrução Normativa CVM nº 165/91, alterada pela Instrução CVM nº 282/98.

Estão à disposição dos acionistas na sede da Companhia cópias dos seguintes documentos relativos ao exercício social findo em 31/12/2018:

- I) Relatório da administração;
- II) Demonstrações Financeiras;
- III) Parecer dos auditores independentes;
- IV) Proposta do Conselho de Administração sobre a não distribuição de dividendos;
- V) Proposta do Conselho de Administração para remuneração do Conselho de Administração e Diretoria.

Ficam suspensas as transferências de ações 5 (cinco) dias antes da data da Assembleia Geral, em conformidade com o disposto no artigo 26, parágrafo 2º do Estatuto Social da Companhia.

Os Senhores Acionistas poderão ser representados na Assembleia por procuradores constituídos na forma do artigo 126, parágrafos 1º e 2º da Lei das Sociedades Anônimas. Os instrumentos de mandato deverão ser depositados na sede da Companhia até 3 (três) dias úteis antes da realização da Assembleia, aos cuidados do Diretor de Relações com Investidores, conforme disposto no artigo 26, parágrafo 1º do Estatuto Social.

Conforme previsto na Instrução CVM 481/09, os acionistas poderão utilizar o procedimento de voto à distância através do Boletim de Voto à Distância, disponibilizado pela companhia juntamente com os demais documentos a serem discutidos na assembleia, cujo Boletim pode ser enviado pelo acionista até 7 (sete) dias antes da data da assembleia, por meio da instituição financeira contratada pela companhia para prestação dos serviços de escrituração das ações ou diretamente à companhia.

Os documentos e informações relativos às matérias a serem deliberadas, o boletim de voto à distância e as instruções para o exercício do voto à distância, encontram-se à disposição na sede social da Companhia, no site da Companhia (www.bardella.com.br), no site da CVM (www.cvm.gov.br) e no site da B3 - Brasil, Bolsa e Balcão (www.b3.com.br).

Guarulhos, 29 de março de 2019.

CLAUDIO BARDELLA
Presidente do Conselho de Administração.

ATA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

BARDELLA S/A INDÚSTRIAS MECÂNICAS

CNPJ/MF Nº 60.851.615/0001-53

COMPANHIA ABERTA

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 29 DE MARÇO DE 2019, às 16:00Hs.

Aos vinte e oito dias do mês de março de dois mil e dezoito, às dezesseis horas, no escritório da Companhia situado na Rua Hungria, 888, 3º andar, São Paulo, Capital, reuniram-se os membros do Conselho de Administração da BARDELLA S/A INDÚSTRIAS MECÂNICAS, abaixo assinados.

Constatada a presença dos Conselheiros em exercício e a disponibilidade dos auditores independentes para eventuais esclarecimentos, o Sr. Presidente, Dr. Claudio Bardella, deu início aos trabalhos, informando ser a seguinte ordem do dia:

- 1) Relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2018;
- 2) Proposta para não distribuição de dividendos;
- 3) Proposta da verba de remuneração global do Conselho de Administração e Diretoria;
- 4) Designação de data para realização da AGO.

1) Relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras relativos ao exercício social encerrado em 31/12/2018

Para este item da ordem do dia, o Sr. Presidente solicitou aos Conselheiros que se manifestassem. Após os debates e esclarecimentos, houve a aprovação unânime do Relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras relativos ao exercício social encerrado em 31/12/2018.

2) Proposta para não distribuição de dividendos

Sobre este item o Sr. Presidente considerou que não havendo lucro no exercício nem tampouco lucros acumulados e, devido a crise econômica que se mantém no país e suas consequências já observadas nos últimos exercícios sociais, com elevado nível de inadimplência, suspensões de contratos, cancelamentos de concorrências e total falta

de investimento em infraestrutura e capacidade de produção, o que levou a companhia a enfrentar situação de dificuldade econômica e apuração de resultados negativos. Isto posto, submeteu aos Conselheiros a proposta de não distribuir dividendos por falta de condições financeiras tanto para as ações ordinárias quanto para as ações preferenciais conforme Artigo 6º, alínea “a” do Estatuto Social. Os Conselheiros por unanimidade concordaram com a proposta, a qual deverá ser submetida à Assembleia Geral Ordinária.

3) Proposta para a verba de remuneração global do Conselho de Administração e Diretoria;

Sobre este item o Sr. Presidente novamente considerou que não havendo lucro no exercício nem tampouco lucros acumulados e, devido a crise econômica conforme já explicada no item anterior, submeteu aos Conselheiros a proposta de manutenção da verba de remuneração global do Conselho de Administração para até R\$ 1.000.000,00 (hum milhão de Reais) e para a Diretoria em até R\$ 2.836.000,00 (dois milhões, oitocentos e trinta e seis mil Reais). Os Conselheiros por unanimidade concordaram com a proposta, a qual deverá ser submetida à Assembleia Geral Ordinária.

4) Designação de data para realização da AGO

Ficou estabelecida a data de 30 de Abril de 2019 para a realização da AGO, às 15H, na sede social da companhia, na Avenida Antonio Bardella, 525, Cumbica, Guarulhos, SP, devendo o Sr. Presidente proceder à sua convocação na forma do Estatuto Social e da Lei.

Franqueada a palavra, não tendo havido manifestação o Sr. Presidente deu por encerrada a reunião, da qual foi lavrada a presente ata.

São Paulo, 29 de Março de 2019.

CLAUDIO BARDELLA - Presidente

JOSÉ ROBERTO MENDES DA SILVA – Vice Presidente

Informações relativas à Proposta da Administração

Os valores são expressos em milhares de Reais, exceto se de outra forma indicado.

Índice

A) Proposta de destinação do lucro líquido do exercício que contenha, no mínimo, as informações indicadas no <u>Anexo 9-1-II</u> à presente Instrução.....	06
B) Comentário dos administradores sobre a situação financeira da companhia, nos termos do item 10 do formulário de referência.....	06
C) Sempre que a Assembleia geral for convocada para eleger administradores ou membros do conselho fiscal, a companhia deve fornecer, no mínimo, as informações indicadas nos itens 12.5 a 12.10 do formulário de referência, relativamente aos candidatos indicados ou apoiados pela administração ou pelos acionistas controladores.....	44
D) Sempre que a Assembleia geral dos acionistas for convocada para fixar a remuneração dos administradores, a companhia deve fornecer as informações indicadas no item 13 do formulário de referência.....	55
E) Boletim e Instruções para Voto à Distância.....	61

A) Destinação do Lucro Líquido

As informações do Anexo 9-1-II não estão sendo apresentadas em função da apuração de prejuízo do exercício.

B) Comentário dos administradores sobre a situação financeira da companhia, nos termos do item 10 do formulário de referência

10.1 – Condições financeiras e patrimoniais gerais

a) Condições financeiras e patrimoniais gerais

A Companhia apresenta condições financeiras e patrimoniais para o desenvolvimento de suas operações e cumprir suas obrigações de curto e longo prazo.

Continuidade operacional

A Companhia continua com suas atividades operacionais em suas diversas unidades.

A redução do número de colaboradores visa adequar os custos e demais despesas operacionais de cada unidade.

O mercado de bens de capital lentamente inicia sua recuperação, com serviços de reformas de equipamentos já instalados, principalmente em usinas hidrelétricas. Apesar da situação desse mercado, temos recebido cotações de equipamentos novos para as outras áreas de atuação da Companhia (Mineração, indústrias em geral, etc.), bem como, renegociações para retomada de contratos anteriormente paralisados.

A área de energia eólica continua com demanda para serviços de usinagem e fabricação de peças para aerogeradores.

A administração mantém-se focada na redução de custos e despesas operacionais, realização de valores a receber de clientes, bem como tem obtido sucesso em renegociações para alongamento das dívidas com bancos, fornecedores, colaboradores e sindicatos (dívidas trabalhistas).

Ao final de 2017 a Companhia concluiu a operação de alongamento do prazo de sua dívida junto ao Banco do Brasil S/A, no montante de R\$ 129 milhões, deslocando vencimentos de 2018 nesse montante para pagamentos parcelados de 2019 a 2025. Da mesma forma, em 2018 concluiu a operação de alongamento da dívida junto ao Bradesco S/A, no montante de R\$ 23 milhões, de 2018 para pagamentos parcelados de 2019 a 2024.

A Companhia conta também com apoio de terceiras partes relacionadas, através de mútuos tomados.

Além disso, com o objetivo de melhorar as disponibilidades de caixa, tem realizado a venda de ativos ociosos e tem atuado em oportunidades para realização de suas propriedades para investimento, tendo sido concluído em 2018 a venda de um imóvel da controlada Bardella Administradora de Bens e Empresas e Corretora de Seguro Ltda.

b) Estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações

Espécie de Ações	Quantidade de ações	a) capital emitido (em R\$ Mil)	b) capital subscrito (em R\$ Mil)	c) capital integralizado (em R\$ Mil)	d) prazo para integralização
Ordinárias	607.192	44.325	44.325	44.325	integralizado
Preferenciais	992.808	72.474	72.474	72.474	integralizado
Total	1.600.000	116.800	116.800	116.800	integralizado

Ações detidas pelos controladores:

Nome	Total Ações	%	Ações Ordinárias	%	Ações Preferenciais	%
CB Holding	368.987	23,06	353.366	58,20	15.621	1,57
Claudio Bardella	1	-	1	-	-	-
Claudio Bardella Junior	8	-	-	-	8	-
Ana Tereza Bardella	1	-	1	-	-	-
Total	368.997	23,06	353.368	58,20	15.629	1,57

Não existe intenção de a Companhia efetuar resgate de ações.

c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Em contas a receber de clientes, R\$ 88.672 (Controladora) e R\$ 116.338 (Consolidado) referem-se a contratos de construção de equipamentos sob encomenda e decorrentes da receita bruta mensurada e reconhecida em função do progresso alcançado em relação à satisfação completa da obrigação de desempenho, conforme demonstrado na nota explicativa n. 7 às Demonstrações Contábeis (Contratos de Serviços e Construção). Os demais valores referem-se a outros contratos, produtos e serviços, incluindo valores a receber referentes a vendas de aços laminados e trefilados. Os estoques de matérias primas contém insumos já destinados aos contratos de fabricação em andamento e os adiantamentos a fornecedores são referentes a subcontratações com o mesmo destino. A conta de adiantamento de clientes no passivo circulante refere-se a valores já recebidos por conta de trabalhos de contratos de consumo ainda a executar. Desta forma, a capacidade de pagamento do passivo circulante está vinculada à execução dos contratos de construção e à realização dos valores em contas a receber de clientes.

d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimento em ativos não circulantes utilizadas

	Indexador	Taxa média anual de juros	Vencimentos dos Contratos	Controladora		Consolidado	
				31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
BNDES - Inovação	TJLP	TJLP+4,18%aa	15/04/2025	11.872	10.708	11.872	10.708
BNDES - Cap. Produtiva	TJLP	TJLP+5,38%aa	15/04/2024	3.830	3.419	3.830	3.419
Brasil - Finame (**)	FIXO	5% aa	15/07/2024	431	440	431	440
Imobilizado		Sub-total		16.133	14.567	16.133	14.567
BNDES - Capital de Giro	SELIC	SELIC+5,66%aa	15/04/2021	27.829	24.638	27.829	24.638
Capital de Giro	SELIC	CDI+3,00%aa	28/05/2019	2.614	2.124	2.614	2.124
B.Bradesco - Capital de Giro	CDI	CDI+0,48%am	30/11/2017	-	25.067	-	25.067
B.Bradesco - Capital de Giro (*)	CDI	CDI+3,00%aa	30/07/2024	24.093		24.093	
Capital de Giro	CDI	CDI+3,40%aa	27/05/2019	2.422	2.199	2.422	2.199
B.Brasil - Capital de Giro (**)	CDI	CDI+2,00%aa até 12/20 e CDI+3,00%aa após	15/06/2025	140.522	128.786	140.522	128.786
Capital de Giro		Sub-total		197.480	182.814	197.480	182.814
Total Geral:				213.613	197.381	213.613	197.381
Parcela Circulante				24.868	34.642	24.868	34.642
Parcela não circulante				188.746	162.739	188.746	162.739
Juros incorridos no período				15.457	30.792	15.457	30.792

Os financiamentos BNDES Inovação, BNDES Capacidade Produtiva e BNDES Capital de Giro têm como garantia os terrenos e edificações da planta industrial de Guarulhos – SP. O valor contábil é de R\$ 92.804.

(*) Financiamentos contratados com o Banco Bradesco S/A e têm como garantia imóveis registrados como propriedade para investimentos, sendo dois imóveis localizados em São Mateus – ES, cujo valor contábil do investimento é de R\$ 3.821 e dois imóveis localizados em São Paulo – SP, com valor contábil do investimento de R\$ 6.808. Os contratos foram negociados permitindo o alongamento da dívida para sua liquidação total até 2024.

(**) Financiamentos contratados com o Banco do Brasil S.A. e têm como garantia os terrenos e edificações da planta industrial de Sorocaba e de Araras – SP, propriedade para investimento e imobilizado, respectivamente. O valor contábil dos ativos é de R\$ 175.905 e R\$ 12.537, respectivamente.

Os contratos foram renegociados permitindo o alongamento da dívida para sua liquidação total até 2025.

A Companhia e suas controladas mantêm em seus empréstimos, financiamentos e garantias, restrições e covenants qualitativos e quantitativos, usuais de mercado

Cronograma de desembolsos - Não Circulante

Ano	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
2019	-	11.343	-	11.343
2020	38.629	33.219	38.629	33.219
2021	35.726	28.459	35.726	28.459
2022	32.634	49.256	32.634	49.256
2023 a 2025	81.757	40.462	81.757	40.462
	188.746	162.739	188.746	162.739

Adiantamentos de clientes

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Circulante				
Adiantamento de clientes	32.930	35.970	44.603	44.607
Adiantamento de partes relacionadas	1.573	169	-	169
	34.503	36.139	44.603	44.776
Não Circulante				
Adiantamento de clientes	14.053	14.857	14.053	14.857
	48.556	50.996	58.656	59.633

A conta “Adiantamento de clientes” está composta principalmente de valores decorrentes das condições de recebimento referentes a contratos de fabricação de equipamentos e serviços sob encomenda (Contratos de construção vide nota explicativa 7) e representam a quantia bruta devida ao contratante relativa aos valores recebidos por conta de trabalhos do contrato ainda por executar, equivalente ao excedente à receita reconhecida por meio do progresso em relação à satisfação completa da obrigação de desempenho, conforme previsto no CPC 47 – Receita de Contratos com Clientes.

e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que a Companhia pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez.

Caso haja deficiência de liquidez a Companhia dispõe das seguintes fontes de capital de giro, de acordo com suas características de mercado de atuação:

- Financiamento ao fabricante: recursos obtidos junto ao BNDES para completar o fluxo de caixa de uma encomenda durante o período de fabricação.
- Investimentos em ativo imobilizado: linhas de financiamento Finame para máquinas e equipamentos e linhas de financiamento Finem para os demais investimentos fixos.
- Capital de Giro: financiamentos em bancos comerciais, bem como BNDES.

f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas:

O endividamento da Companhia com Instituições Financeiras, para financiamento de capital de giro e imobilizado representa 25,3% do ativo total na Controladora e 25,7% consolidado.

i. Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Ver item “d”

ii. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Não existem outras relações de longo prazo com instituições financeiras. As negociações para obtenção de recursos de longo prazo são feitas caso a caso. Nenhuma negociação futura está vinculada a nenhuma instituição financeira.

iii. Grau de subordinação entre as dívidas

As garantias estão descritas no item “d”.

iv. Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário.

Para contratação de novas dívidas a Companhia sujeita-se às garantias, restrições e *convenants* usuais de mercado. A alienação, oneração e aquisição de bens imóveis sujeita-se à autorização prévia do Conselho de Administração. A distribuição de dividendos sujeita-se às disposições legais e estatutárias.

g) limites de utilização dos financiamentos já contratados

Os financiamentos já contratados e seus vencimentos estão demonstrados no item 10.1 d).

h) alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

As Demonstrações Financeiras e respectivas notas explicativas referentes ao exercício findo em 31/12/2018 e o comparativo com 31/12/2017, foram disponibilizadas em 30 de março de 2019.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

		<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	Nota	2018	2017	2018	2017
Receita líquida	23	79.945	130.753	93.699	136.638
Custos dos produtos vendidos e/ou dos serviços prestados	24	<u>(101.076)</u>	<u>(135.884)</u>	<u>(118.994)</u>	<u>(147.823)</u>
Lucro bruto		(21.131)	(5.131)	(25.295)	(11.185)
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas com vendas	24	(7.264)	(15.407)	(7.660)	(16.865)
Despesas gerais e administrativas	24	(13.464)	(17.809)	(16.941)	(24.749)
Honorários e participação da administração	24	(4.315)	(4.908)	(4.336)	(4.928)
Resultado da equivalência patrimonial	13	(12.748)	(11.926)	(2.232)	(903)
Outras (despesas) e receitas operacionais, líquidos	25	<u>(19.840)</u>	<u>(5.415)</u>	<u>(21.738)</u>	<u>(1.012)</u>
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		(78.762)	(60.596)	(78.202)	(59.642)
Receitas financeiras	26	4.401	4.387	2.491	2.455
Despesas financeiras	26	<u>(22.504)</u>	<u>(55.426)</u>	<u>(22.456)</u>	<u>(58.064)</u>
Despesas financeiras líquidas		(18.103)	(51.039)	(19.965)	(55.609)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		<u>(96.865)</u>	<u>(111.635)</u>	<u>(98.167)</u>	<u>(115.251)</u>
Imposto de renda e contribuição social		1.003	13.880	2.305	17.496
Corrente	9	-	-	(1.719)	(3.907)
Diferido	9	<u>1.003</u>	<u>13.880</u>	<u>4.024</u>	<u>21.403</u>
Prejuízo do exercício - Atribuído aos acionistas controladores		<u>(95.862)</u>	<u>(97.755)</u>	<u>(95.862)</u>	<u>(97.755)</u>
Prejuízo por ações por lote de mil ações (em reais):					
Básico	22	(59,91)	(61,10)		
Diluído	22	(59,91)	(61,10)		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO

Receita operacional líquida: Do ponto de vista econômico, o ano de 2018 continuou sem decisões de investimentos significativas na área de bens de capital, principalmente em bens de capital sob encomenda.

Em 2018, o PIB (Produto Interno Bruto) cresceu 1,1% em relação a 2017 após alta de 1,1% em 2017 e retrações de 3,3% em 2016 e 3,5% em 2015. Nessa comparação, houve estagnação na Agropecuária (0,1%), discreto crescimento na indústria (0,6%) e crescimento nos Serviços (1,3%).

A produção da indústria nacional cresceu 1,1% em 2018, mas com ritmo abaixo do verificado

em 2017 (2,5%), quando interrompeu três anos de quedas seguidas. Em 2016 o recuo foi de 6,4%, 8,3% em 2015 e de 3% em 2014 (IBGE).

A categoria de bens de capital para fins industriais teve perda de 1,4% na produção física em 2018, afetada principalmente por bens de capital para fins industriais não seriados (-12,0%). A queda acumulada da produção física de bens de capital desde 2012 é de 22,9% (IBGE).

A relativa recuperação dos preços do petróleo e do minério de ferro manteve-se em grande parte de 2018, entretanto terminaram o ano com preços abaixo de dezembro de 2017. Não houve impacto significativo na retomada de investimentos nas áreas de Mineração e de Óleo e Gás. As áreas de equipamentos para usinas hidrelétricas e usinas nucleares continuaram estagnadas com a ausência de novos projetos de investimentos.

O crédito bancário continua altamente seletivo.

Devido aos fatores apresentados acima, a receita líquida operacional consolidada atingiu R\$ 93,7 milhões em 2018 com decréscimo de 31,4% em relação a 2017, quando registrou R\$ 136,6 milhões.

Em 2018, a receita líquida de vendas de aços laminados foi de R\$ 16,0 milhões (R\$ 15,9 milhões em 2017).

Lucro Bruto: A margem bruta consolidada de -8,2% em 2017 passou para -27,0% em 2018

Despesas de Vendas, Administrativas, honorários e participações: As despesas de vendas, administrativas e honorários apresentaram redução de 34,3% na controladora e redução de 37,7% no consolidado, apesar do aumento nas provisões com devedores duvidosos.

Resultado financeiro líquido: O desempenho do resultado financeiro líquido deve-se à condições contratuais dos fluxos de caixa dos contratos de construção, ocorrências de atrasos de pagamentos por alguns clientes e, às taxas de juros dos contratos de financiamentos.

Devido à queda significativa da taxa de juros em 2018 em relação a 2017 e à renegociação e alongamento de dívidas de contratos de financiamentos, em 2018 o prejuízo financeiro líquido diminuiu em 59,4% (Controladora) e 61,3% (Consolidado) em relação a 2017.

Resultado da equivalência patrimonial: O aumento do prejuízo em 6,9% em relação a 2017 deve-se à escassez de novas encomendas nas Controladas.

Outras despesas e receitas operacionais líquidas: O aumento do prejuízo líquido na Controladora, deve-se principalmente ao aumento das perdas com ociosidade. No consolidado, o aumento do prejuízo líquido, além do aumento das perdas com ociosidade, deve-se principalmente à diminuição das receitas de vendas de imobilizados e investimentos, visto que em 2017 houve a venda de ações da Vale.

Lucro/Prejuízo operacional: O prejuízo operacional da Controladora de R\$ -96,9 milhões deve-se principalmente ao baixo volume de receita líquida operacional.

Lucro/Prejuízo Líquido: Em 2018 não há alteração significativa do prejuízo líquido em relação ao prejuízo operacional devido ao limite dos créditos fiscais diferidos (nota explicativa 9b às Demonstrações Financeiras). Em 2017 o prejuízo líquido do exercício de R\$ -97,8 milhões em relação ao prejuízo operacional de R\$ -115,2 milhões, resulta do lançamento de R\$ 21.403 mil

(consolidado) referentes a créditos fiscais diferidos ativos, principalmente decorrentes de aproveitamento de prejuízo fiscal utilizado na quitação de tributos em função de adesão ao PERT – Regime Especial para Regularização Tributária - lei 13.496/17 (nota explicativa 9b às Demonstrações Financeiras).

BALANÇO PATRIMONIAL

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado	
		2018	2017	2018	2017
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	19	227	2.232	4.763
Contas a receber de clientes	6	88.672	86.748	106.338	95.158
Estoques	8	60.813	72.790	100.886	106.899
Imposto de renda e contribuição social	9	737	733	2.557	4.276
Tributos a recuperar	9	4.790	9.821	6.757	11.463
Despesas antecipadas		1.868	3.633	1.810	3.571
Outros créditos	11	<u>90.671</u>	<u>78.881</u>	<u>32.491</u>	<u>25.171</u>
Total do ativo circulante		<u>247.570</u>	<u>252.833</u>	<u>253.071</u>	<u>251.301</u>
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Contas a receber de clientes	6	37.398	37.398	37.398	37.398
Estoques	8	2.836	-	2.836	-
Mutuo com partes relacionadas	12	38.913	30.841	-	-
Títulos e valores mobiliários	10	3.940	3.601	3.940	3.601
Imposto de renda e contribuição social diferidos		-	-	1.727	-
Tributos a recuperar	9	4.079	6.602	4.080	9.145
Outros créditos	11	<u>8.144</u>	<u>6.426</u>	<u>10.104</u>	<u>7.679</u>
Total do realível não circulante		<u>95.310</u>	<u>84.868</u>	<u>60.085</u>	<u>57.823</u>
Investimentos					
	13	131.996	138.932	99.589	101.822
Propriedades para investimento					
	13	202.199	202.199	213.310	219.488
Imobilizado					
	14	129.928	137.312	166.936	179.435
Intangível					
	15	<u>27.302</u>	<u>26.488</u>	<u>28.977</u>	<u>28.175</u>
		<u>491.425</u>	<u>504.931</u>	<u>508.812</u>	<u>528.920</u>
Total do ativo não circulante		<u>586.735</u>	<u>589.799</u>	<u>568.897</u>	<u>586.743</u>
Total do ativo		<u>834.305</u>	<u>842.632</u>	<u>821.968</u>	<u>838.044</u>

ATIVO CIRCULANTE

Caixa e equivalentes de caixa: As variações das disponibilidades estão demonstradas na Demonstração dos Fluxos de Caixa – Método Indireto conforme publicação das Demonstrações Financeiras e respectivas Notas Explicativas.

Contas a Receber de Clientes: Esta conta inclui a conta “Efeitos a Faturar” referente aos produtos sob encomenda – Contratos de Construção e registra a receita bruta reconhecida no resultado e proporcional aos custos da produção já realizada em relação ao desempenho total do contrato (nota explicativa 7 às Demonstrações Contábeis). O acréscimo de 2,0% na Controladora e decréscimo de 3,0% no Consolidado deve-se ao volume de operações da Companhia, às condições contratuais dos fluxos de caixa dos contratos de construção, bem como ao aumento das provisões para perdas com créditos de liquidação duvidosa.

Estoques: A variação decorre do volume de operações da Companhia. A redução de 12,6% da Controladora deve-se principalmente à redução de estoques de matérias primas, cumulado com redução em produtos em elaboração e acabados (Ver nota 8 às demonstrações financeiras).

Tributos a recuperar: A variação deve-se ao volume de operações da Companhia e à compensação de tributos devidos com créditos de tributos.

Outros Créditos: A variação deve-se principalmente ao aumento de créditos com partes relacionadas/fornecedores (controladora), depósitos judiciais e adiantamentos a fornecedores nacionais relativos à matérias primas e componentes.

ATIVO NÃO CIRCULANTE

Mútuo com Partes Relacionadas: A variação refere-se às operações entre a controladora e controladas conforme nota explicativa 12 às Demonstrações Contábeis.

Contas a Receber de Clientes: Sem variação em 2018. Os valores são decorrentes do dilatamento de prazos de execução e suspensão temporária de contratos de construção, repercutindo no prazo de recebimento.

Títulos e Valores Mobiliários: A variação decorre da variação dos valores justos de ações e outros títulos.

Tributos a recuperar: A variação refere-se principalmente à movimentação de créditos de ICMS sobre aquisição de ativo imobilizado, além da atualização monetária e juros de créditos disponíveis.

Imposto de Renda e Contribuição Social diferido: Refere-se a IR/CSLL diferido líquido das Controladas Barefame Instalações Industriais Ltda. e Duraferro Indústria e Comércio Ltda., que foram mantidos no ativo por não serem compensáveis com o imposto diferido passivo (ver nota 9b).

Outros Créditos: A variação deve-se principalmente à movimentação de depósitos judiciais.

Imobilizado: A variação deve-se à movimentação de aquisições e depreciação dos recursos empregados na manutenção da atividade da Companhia (ver nota explicativa n. 14 às

Demonstrações Contábeis).

Investimentos: A variação decorre da movimentação do patrimônio líquido das Controladas e Coligadas, cuja avaliação é feita pelo método da equivalência patrimonial, (ver nota 13b).

Propriedade para Investimentos: A variação, quando aplicável, decorre de ajuste a valor justo das propriedades para investimentos. No Consolidado, além de ajustes a valor justo, em 2017 a variação deve-se à venda de propriedade para investimento da Controlada Bardella Administradora de Bens e Empresas e Corretora de Seguros Ltda.

Intangível: A variação refere-se à aquisição e desenvolvimento de softwares utilizado nas operações da Companhia.

Passivo	Nota	Controladora		Consolidado	
		2018	2017	2018	2017
Circulante					
Empréstimos e financiamentos	16	24.868	34.642	24.868	34.642
Fornecedores	17	89.297	69.335	88.968	66.815
Obrigações fiscais	18	21.677	17.633	31.721	24.066
Imposto de renda e contribuição social		-	-	3.541	3.921
Obrigações sociais e trabalhistas	19	78.460	57.966	101.170	76.775
Adiantamentos de clientes	20	34.503	36.139	44.603	44.776
Dividendos e juros sobre o capital próprio		65	65	65	806
Outras contas a pagar		22.556	10.054	28.241	13.260
Total do passivo circulante		271.426	225.834	323.177	265.061
Não circulante					
Adiantamento de clientes	20	14.053	14.857	14.053	14.857
Mútuo com partes relacionadas	12	85.867	64.342	55.505	40.783
Empréstimos e financiamentos	16	188.746	162.739	188.746	162.739
Fornecedores	17	5.015	7.095	5.015	7.095
Obrigações sociais e trabalhistas	19	6.162	6.911	6.162	6.911
Provisão para demandas judiciais	21	8.791	4.593	10.981	6.008
Provisão para perdas invest. empr. controladas	13	45.382	39.570	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9	75.995	75.486	78.273	79.965
Obrigações fiscais	18	26.128	29.229	33.306	37.533
Outras contas a pagar		10	10	20	5.126
Total do passivo não circulante		456.149	404.832	392.061	361.017
	22				
Capital social		116.800	116.800	116.800	116.800
Reservas de capital		111.335	111.335	111.335	111.335
Ajustes de avaliação patrimonial		179.509	181.597	179.509	181.597
Prejuízos acumulados		(300.914)	(197.766)	(300.914)	(197.766)
Patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores		106.730	211.966	106.730	211.966
Total do patrimônio líquido		106.730	211.966	106.730	211.966
Total do passivo e patrimônio líquido		834.305	842.632	821.968	838.044

PASSIVO CIRCULANTE

Empréstimos e financiamentos: A variação refere-se à movimentação dos prazos de pagamento entre curto e longo prazo de um ano para o outro, decorrente de alongamento das dívidas bancárias, contabilização de juros sobre os financiamentos e do movimento de pagamentos e entradas de recursos de financiamento (nota explicativa 16).

Fornecedores: A variação decorre do volume de operações, acordos para pagamentos parcelados e da dilatação dos prazos em que a Companhia tem efetuado os pagamentos aos fornecedores, devido à equalização do fluxo de recebimento de clientes, atrasos de recebimento e/ou paralizações de obras.

Obrigações fiscais: A variação decorre do volume de operações da Companhia e de parcelamentos a pagar.

Imposto de renda e Contribuição Social: A variação é decorrente das apurações dos tributos a pagar das Controladas.

Obrigações Sociais e Trabalhistas: A variação decorre do volume de operações da Companhia, das programações de férias aos colaboradores, aumento das verbas rescisórias a pagar e de parcelamentos de salários e encargos a pagar. Em 31/12/18 o número de colaboradores era de 362 e de 614 em 31/12/2017 (Controladora).

Adiantamento de Clientes: A variação decorre do volume de operações, da movimentação dos prazos de realização decorrentes de suspensões temporárias ou prorrogações das execuções de contratos de construção, além das características dos cronogramas de recebimento e da execução dos produtos sob encomenda – Contratos de Construção (Vide nota 7).

Dividendos e juros sobre o capital próprio: Refere-se a saldos de dividendos não reclamados.

Outras Contas a Pagar: A variação deve-se à principalmente movimentação de provisões de custos em contratos.

PASSIVO NÃO CIRCULANTE

Adiantamento de Clientes: Ver explicação no Circulante.

Mútuos com partes relacionadas: Refere-se a empréstimos de mútuos tomados com partes relacionadas em função da necessidade e disponibilidade entre Controladora e Controladas ou outras partes relacionadas (Consolidado). A variação deve-se aos movimentos de pagamentos e entradas de recursos, além da contabilização dos juros incidentes.

Empréstimos e financiamentos: O aumento dos saldos a longo prazo deve-se às renegociações que resultaram no alongamento da dívida bancária.

Fornecedores: A variação deve-se ao alongamento de dívidas com fornecedores.

Obrigações Sociais e Trabalhistas: A variação deve-se a parcelamentos de salários e encargos e de rescisões de contrato de trabalho.

Provisão para Demandas Judiciais: A variação refere-se à movimentação de valores provisionados decorrentes da classificação de riscos e do volume de processos ativos (ver Nota 21).

Provisão para perdas de investimentos em controladas: Refere-se às perdas com investimentos em controladas com prejuízos acumulados que superam o valor do investimento. As variações decorrem dos lucros ou prejuízos gerados por controladas nesta situação.

Imposto de renda e contribuição social diferidos: Refere-se à provisão de IR e CSL sobre o saldo de ajuste de avaliação patrimonial decorrentes da atribuição de novo custo a certas classes do ativo imobilizado. A variação deve-se à realização por depreciação, venda ou baixa desses ativos e de provisões sobre o saldo de ajustes de ativos avaliados a valor justo, principalmente propriedades para investimentos, além da movimentação dos créditos diferidos (nota explicativa 9b).

Obrigações Fiscais: A variação deve-se parcelamentos das dívidas tributárias, inclusive decorrente da adesão ao PERT (nota explicativa 9b).

Outras Contas a Pagar: A variação refere-se a pagamentos diversos efetuados em 2018.

PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Reservas de Capital: A variação decorre da constituição de reservas de incentivos fiscais – Controladas, relativas a subvenções governamentais. As subvenções governamentais, uma vez atendidos os requisitos necessários, foram reconhecidas como receita conforme determina o CPC 7 – Subvenção e Assistência Governamentais, entretanto devido às restrições legais quanto à distribuição aos sócios ou acionistas, foram creditadas à conta de Reservas de Incentivos Fiscais. A variação decorre também da compensação de prejuízos.

Ajustes de Avaliação Patrimonial: Nesta conta estão registrados os ajustes de avaliação patrimonial decorrentes da atribuição de novo custo a certas classes do ativo imobilizado e do valor justo relativo a títulos e valores mobiliários disponíveis para venda, inclusive os respectivos reflexos das equivalências patrimoniais das investidas. Estão registradas também os ajustes a valor justo das propriedades para investimento em seu reconhecimento inicial ou por ocasião da alteração na sua respectiva destinação. As variações decorrem das flutuações das cotações e baixas por vendas destes títulos, das depreciações e baixas do ativo imobilizado e das variações a valor justo das propriedades para investimento.

Prejuízos Acumulados: A variação deve-se à acumulação dos prejuízos gerados em cada exercício.

10.2 – Os diretores devem comentar:

a) Resultados das operações do emissor, em especial:

- i. Descrição de quaisquer componentes importantes da receita
- ii. Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Em 2018, o PIB (Produto Interno Bruto) cresceu 1,1% em relação a 2017 após alta de 1,1% em 2017 e retrações de 3,3% em 2016 e 3,5% em 2015. Nessa comparação, houve estagnação na Agropecuária (0,1%), discreto crescimento na indústria (0,6%) e crescimento nos Serviços (1,3%).

A produção da indústria nacional cresceu 1,1% em 2018, mas com ritmo abaixo do verificado em 2017 (2,5%), quando interrompeu três anos de quedas seguidas. Em 2016 o recuo foi de 6,4%, 8,3% em 2015 e de 3% em 2014 (IBGE).

A categoria de bens de capital para fins industriais teve perda de 1,4% na produção física em 2018, afetada principalmente por bens de capital para fins industriais não seriados (-12,0%). A queda acumulada da produção física de bens de capital desde 2012 é de 22,9% (IBGE).

A relativa recuperação dos preços do petróleo e do minério de ferro manteve-se em grande parte de 2018, entretanto terminaram o ano com preços abaixo de dezembro de 2017. Não houve impacto significativo na retomada de investimentos nas áreas de Mineração e de Óleo e Gás. As áreas de equipamentos para usinas hidrelétricas e usinas nucleares continuaram estagnadas com a ausência de novos projetos de investimentos.

O crédito bancário continua altamente seletivo.

O total da carteira de encomendas da Controladora e das Controladas, representada pela receita líquida de contratos a executar, encerrou o ano de 2018 com R\$ 259 milhões. Em 2017 era R\$ 414 milhões. A Controladora registrou R\$ 176 milhões ao final de 2018 e R\$ 309 milhões em 2017.

A receita líquida operacional consolidada atingiu R\$ 93,7 milhões em 2018 com decréscimo de 31% em relação a 2017, quando registrou R\$ 136,7 milhões.

Em 2018, a receita líquida de vendas de aços laminados foi de R\$ 16 milhões (R\$ 15,9 milhões em 2017).

MERCADOS INTERNO E EXTERNO

Além dos produtos seriados, contribuíram para a realização da receita operacional do ano, os seguintes fornecimentos:

- Pontes rolantes para indústrias em geral;
- Equipamentos hidromecânicos e de levantamento, além de servomotores e unidades hidráulicas para as usinas hidrelétricas;
- Equipamentos para movimentação de minérios;
- Serviços e peças seriadas para geradores eólicos.

MARGENS

A margem bruta consolidada de -8,2% em 2017 passou para -27% em 2018.

b) variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços.

A categoria de bens de capital para fins industriais teve perda de 1,4% na produção física em 2018, afetada principalmente por bens de capital para fins industriais não seriados (-12,0%). A queda acumulada da produção física de bens de capital desde 2012 é de 22,9% (IBGE).

A relativa recuperação dos preços do petróleo e do minério de ferro manteve-se em grande parte de 2018, entretanto terminaram o ano com preços abaixo de dezembro de 2017. Não houve impacto significativo na retomada de investimentos nas áreas de Mineração e de Óleo e Gás. As áreas de equipamentos para usinas hidrelétricas e usinas nucleares continuaram estagnadas com a ausência de novos projetos de investimentos.

As operações da Companhia e das suas controladas estão sujeitas aos fatores de riscos abaixo descritos:

Risco de crédito

Decorre da possibilidade da Companhia e suas controladas sofrerem perdas decorrentes de inadimplência

de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Companhia e suas controladas adotam como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto. Entretanto as respectivas situações atuais dos fluxos de caixas contratuais dos projetos estão sujeitas aos riscos de atrasos de pagamentos por parte dos clientes e suspensões de contratos. No que tange às instituições financeiras, a Companhia e suas controladas somente realizam operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de *rating*.

Em função do agravamento da crise econômica, principalmente a partir do segundo trimestre de 2015, houve um aumento na inadimplência por parte dos clientes de produtos seriados e serviços (Nota explicativa 6). Para garantir o recebimento dos créditos, a Companhia e suas controladas estão tomando as medidas aplicáveis em função da situação econômica financeira de cada cliente inadimplente.

Em 31 de dezembro de 2018, o risco de crédito totaliza R\$ 132.034 na controladora e R\$ 105.413 no consolidado (R\$ 113.278 e R\$ 91.008 em 31/12/2017, respectivamente) correspondendo aos valores classificados como custo amortizável (empréstimos e recebíveis) líquidos dos adiantamentos de clientes.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco da Companhia e suas controladas encontrarem dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia e suas controladas.

A Companhia e suas controladas buscam manter o nível de seu ‘Caixa e equivalentes de caixa’ e outros investimentos altamente negociáveis em um montante superior às saídas de caixa para liquidação de passivos financeiros (outros que não ‘Fornecedores’) para os próximos 60 dias. A Companhia e suas controladas monitoram também o nível esperado de entradas de fluxos de caixa proveniente do ‘Contas a receber de clientes e outros recebíveis’ em conjunto com as saídas esperadas de caixa relacionadas a “Fornecedores e outras contas a pagar”.

Passivos Financeiros não derivativos

Fluxos de Caixa Contratuais Projetados	31/12/2018						Controladora
	Contábil	Projetado	0 a 2 meses	2 a 12 meses	1 a 2 anos	2 a 5 anos	> 5 anos
				61.988			
Empréstimos bancários garantidos	211.000	235.392	68	22.964	80.304	112.061	19.995
Empréstimos bancários não garantidos	2.614	2.697	285	2.412	-	-	-
Fornecedores	68.531	68.531	1.528	61.988	5.015	-	-
Fornecedores - Partes relacionadas	25.781	25.781	-	-	-	25.781	-
Dividendos	65	65	-	65	-	-	-
Total da dívida	307.991	332.466	1.881	87.429	85.319	137.842	19.995

Fluxos de Caixa Contratuais Projetados	31/12/2018						Consolidado
	Contábil	Projetado	0 a 2 meses	2 a 12 meses	1 a 2 anos	2 a 5 anos	> 5 anos
				22.964	80.304	112.061	19.995
Empréstimos bancários garantidos	211.001	235.392	68	22.964	80.304	112.061	19.995
Empréstimos bancários não garantidos	2.613	2.697	285	2.412	-	-	-
Fornecedores	81.405	81.405	2.058	74.332	5.015	-	-
Fornecedores - Partes relacionadas	12.578	12.578	-	-	-	12.578	-
Dividendos	806	806	-	806	-	-	-
Total da dívida	308.403	332.878	2.411	100.514	85.319	124.639	19.995

Risco de preço das mercadorias vendidas ou produzidas ou dos insumos adquiridos

Decorre da possibilidade de oscilação dos preços de mercado dos produtos comercializados ou produzidos pela Companhia e suas controladas e dos demais insumos utilizados no processo de produção. Essas oscilações de preços podem provocar alterações substanciais nas receitas e nos custos da Companhia e suas controladas. Para mitigar esses riscos, a Companhia e suas controladas monitoram permanentemente os mercados locais e internacionais, buscando antecipar-se a movimentos de preços.

Risco de taxas de juros

Decorre da possibilidade da Companhia e suas controladas sofrerem ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia e suas controladas buscam diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas, e em determinadas circunstâncias podem ser efetuadas operações de *hedge* para travar o custo financeiro das operações.

Sensibilidade de taxa de juros sobre empréstimos e financiamentos

A tabela abaixo demonstra a sensibilidade a uma possível mudança nas taxas de juros, mantendo-se todas as outras variáveis constantes no lucro consolidado antes da tributação. Com relação ao patrimônio líquido consolidado, o impacto apresentado não é significativo.

	Aumento/Redução em pontos base	Efeito no Lucro antes da tributação	Efeito no Patrimônio antes da tributação
31/12/2018	+ 100	(2.131)	(2.131)
	+ 150	(3.197)	(3.197)
	- 50	1.065	1.065
	- 100	2.131	2.131
31/12/2017	+ 100	(1.969)	(1.969)
	+ 150	(2.954)	(2.954)
	-25	984	984
	- 50	1.969	1.969

A oscilação estimada em pontos base para a análise de sensibilidade a taxas de juros é baseada nas taxas atualmente praticadas no ambiente de mercado correlacionada as taxas negociadas nos contratos das empresas que compõem o Patrimônio.

Risco de taxas de câmbio

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas pela Companhia e suas controladas para aquisição de insumos, venda de produtos e contratação de instrumentos financeiros. A Companhia e suas controladas avaliam permanentemente a possibilidade de contratação de operações de *hedge* para mitigar esses riscos.

Os saldos de ativos e passivos denominados em moeda estrangeira estão demonstrados conforme segue:

Natureza do Saldo	Controladora		
	31/12/2018	31/12/2017	Moeda
Importações de materiais	545	467	EUR
Importações de materiais	937	673	USD

Natureza do Saldo	Consolidado		
	31/12/2018	31/12/2017	Moeda
Importações de materiais	545	467	EUR
Importações de materiais	937	673	USD

Análise de sensibilidade de oscilações das taxas de câmbio de moedas estrangeiras

A tabela abaixo demonstra a sensibilidade a uma possível mudança nas taxas de câmbio do dólar, mantendo-se todas as outras variáveis constantes no lucro consolidado antes da tributação.

	Aumento/Redução em Percentual s/ taxa de câmbio	Efeito no Lucro antes da tributação	Efeito no Patrimônio antes da tributação
31/12/2018	▲ +25%	(370)	(370)
	▲ +50%	(741)	(741)
	▼ -25%	370	370
	▼ -50%	741	741
31/12/2017	▲ +25%	(284)	(284)
	▲ +50%	(569)	(569)
	▼ -25%	284	284
	▼ -50%	569	569

10.4 – Práticas contábeis e parecer dos auditores

a) mudanças significativas nas práticas contábeis

As Demonstrações Financeiras Consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

As Demonstrações Financeiras Individuais da controladora foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

b) efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Não aplicável.

c) ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos acionistas e administradores da
Bardella S.A. Indústrias Mecânicas
 Guarulhos - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Bardella S.A. Indústrias Mecânicas (*Companhia*), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Bardella S.A. Indústrias Mecânicas, em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Bardella S.A. Indústrias Mecânicas, em 31 de dezembro de 2018, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Reconhecimento de receita de contratos de construção de equipamentos (Mecânica) - Como nossa auditoria conduziu esse assunto **Controladora e Consolidado**

Conforme apresentado nas Notas Explicativas nº 7 e 23, as receitas do segmento de mecânica, por se tratarem de produtos fabricados sob encomenda, são reconhecidas pela mensuração do progresso em relação à satisfação completa da obrigação de desempenho, sendo aplicado o métodos de insumo, os quais reconhecem a receita com base nos custos incorridos referentes aos recursos consumidos, em relação aos custos dos insumos esperados totais para a satisfação da obrigação de desempenho. O reconhecimento de receita desses contratos requer um elevado grau de julgamento para estimar mensuração do progresso em relação à satisfação completa da obrigação de desempenho na data do balanço e os custos necessários para completar o contrato. Devido à relevância dos custos de construção a incorrer e ao alto grau de julgamento envolvido na determinação dessa estimativa, usada na determinação do cálculo do percentual de conclusão da obra que são base para o reconhecimento de receita e que pode impactar as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o valor do investimento registrado pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras da

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento do desenho e implementação dos controles internos chave implementados pela Companhia avaliando se as informações relevantes de cada contrato foram adequadamente capturadas, processadas, aprovadas e registradas. Obtivemos a composição analítica de acompanhamento da carteira de contratos e avaliamos, em base amostral, as premissas adotadas pela Companhia para determinar se os custos necessários para completar o contrato ainda estão em linha com o orçamento inicial, quando agregado aos custos já incorridos e a análise da adequação dos custos incorridos no exercício. Inspecionamos, em base amostral, os orçamentos de custos e respectivas aprovações, o valor dos custos incorridos com a respectiva documentação suporte, avaliamos a natureza e razoabilidade das mudanças ocorridas no custo orçado e efetuamos a análise da razoabilidade do estágio de conclusão do contrato. Avaliamos também a adequação das divulgações efetuadas pela Companhia.

controladora, consideramos esse assunto significativo em nossa auditoria.

Redução ao valor recuperável das contas a receber - Controladora e Consolidado

Conforme apresentado na Nota Explicativa nº 6, a Companhia e suas controladas mantém um saldo significativo de contas a receber faturados e não faturados. Existe um risco significativo de inadimplência em função do atual cenário econômico. Os critérios e metodologias para determinação da necessidade de Provisão para redução ao valor recuperável exigem por sua natureza, a utilização de julgamentos e análises sobre fatores externos e condições econômicas gerais, e internos, tais como histórico de pagamentos do devedor e considerações sobre acordos financeiros. Devido à relevância das contas a receber, ao alto grau de julgamento envolvido, ao nível de incerteza para a determinação da perda por redução ao valor recuperável e ao impacto que eventuais alterações nas premissas usadas em sua determinação poderiam ter nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e no valor do investimento registrado pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras da controladora, consideramos esse assunto significativo em nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a avaliação do desenho, implementação e a efetividade dos controles internos chave relacionados à identificação e registro das contas a receber. Efetuamos testes para validar a lista com a idade das faturas em aberto (“aging list”). Além disso, para os contratos em aberto no encerramento do exercício, que não foram liquidados de acordo com os termos e condições estabelecidas, avaliamos as premissas utilizadas pela Companhia para determinar se os montantes considerados como créditos de liquidação duvidosa eram suficientes para cobrir possíveis perdas na realização das contas a receber. Analisamos também, em base amostral, as liquidações subsequentes das faturas e avaliamos as divulgações da Companhia e suas controladas sobre as suas políticas relacionadas ao risco de crédito e outras divulgações relacionadas.

Valor recuperável das propriedades para investimentos, ativo imobilizado e intangível, incluindo Ágio (Goodwill) - Controladora e Consolidado

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Conforme referido nas notas explicativas nº 13 a), 14 e 15 as demonstrações financeiras incluem valores de propriedades para investimentos, ativo imobilizado e intangível, incluindo Ágio (Goodwill) cuja realização está suportada por estimativas de rentabilidade futura baseadas no plano de negócios preparado pela Companhia. Devido às incertezas inerentes ao processo de determinação das estimativas de rentabilidade futura das unidades geradoras de caixa (UGCs) para fins de avaliação do valor recuperável de tais ativos, que envolvem premissas, como a taxa de desconto, taxa de inflação, entre outras, utilizadas na determinação do valor em uso dos ativos e à complexidade do processo, bem como face a fraca demanda de novos contratos ou mesmo a paralização de projetos anteriormente contratados, os quais requerem um grau significativo de julgamento por parte da Companhia para determinação da estimativa contábil que pode impactar o valor desses ativos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o valor do investimento registrado pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras da controladora, consideramos esse assunto significativo em nossa auditoria.

Obtivemos o entendimento do processo de preparação e revisão do plano de negócios, orçamentos e análises ao valor recuperável disponibilizadas pela Companhia. Avaliamos a precisão da estimativa preparada pela Companhia, a determinação das UGCs e a metodologia utilizada para o teste de redução ao valor recuperável. Avaliamos as premissas e as metodologias utilizadas pela Companhia na preparação do modelo e comparamos com dados obtidos de fontes externas, quando disponíveis, como crescimento econômico projetado, a inflação de custos e as taxas de desconto. Comparamos a soma dos fluxos de caixa descontados com o valor registrado das propriedades para investimento, ativo imobilizado e intangível da Companhia para determinação do valor em uso.

Adequação das divulgações efetuadas pela Companhia para Propriedades para investimento - Controladora e Consolidado

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Conforme referido na nota explicativa nº 13 a), a Companhia e suas controladas possuem imóveis e outros bens classificados nas demonstrações financeiras como propriedade para investimento, as quais são mesuradas ao valor justo. O valor justo das propriedades para investimentos em 31 de dezembro 2018, foi determinado pela Companhia com base em uma avaliação independente preparada por avaliador externo que requer o uso de julgamento significativo que pode impactar o valor desses ativos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o valor do investimento registrado pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras da controladora. Por essa razão, consideramos esse assunto significativo em nossa auditoria.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a avaliação, da adequação da metodologia de avaliação adotada pelo avaliador externo, análise dos cálculos e a razoabilidade dos valores apresentados. Consideramos também a adequação e a conformidade das divulgações nas demonstrações financeiras relativas as políticas contábeis e a apuração do valor justo dessas propriedades.

Continuidade Operacional - Como nossa auditoria conduziu esse assunto
Controladora e Consolidado

Conforme mencionado na nota explicativa nº 1, como consequência do cenário econômico atual, durante os exercícios de 2018 e 2017, a Companhia e suas controladas apuraram prejuízos que impactaram a geração de caixa operacional, ocasionando uma deficiência de capital de giro, principalmente em função da queda da demanda de encomendas e dos atuais níveis de contratos fechados. Com o objetivo de avaliar o uso do pressuposto de continuidade operacional quando da preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Companhia elaborou análises que consideraram eventos e condições que pudessem indicar incertezas significativas e gerar dúvidas sobre a sua capacidade de continuidade operacional. Devido à relevância, complexidade e julgamento envolvidos na determinação das premissas base dessa avaliação, especificamente as projeções de fluxo de caixa, e do impacto que qualquer mudança nessas premissas teria nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo, consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a análise da avaliação preparada pela Companhia quanto às incertezas relacionadas à capacidade de continuidade operacional, a avaliação das projeções de fluxo de caixa preparadas pela Companhia e devidamente aprovadas pelo Conselho de Administração, considerando os resultados realizados, dados externos e condições do mercado, a avaliação da consistência das projeções utilizadas na avaliação da continuidade operacional com as utilizadas nos cálculos de redução do valor recuperável, a avaliação da integridade aritmética dos cálculos e a avaliação da adequação das informações divulgadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da

capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes.

As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas

demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional;

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria.

Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Guarulhos, 29 de março de 2019.

Pemom Auditores Independentes S.S.
CRC 2SP 031.056/O-2

Acyr de Oliveira Pereira
Contador CRC 1SP220.266/O-0

10.5 - Políticas contábeis críticas adotadas pela Companhia:

A Companhia e suas controladas aplicaram as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Base de preparação

a. Declaração de conformidade

As Demonstrações Financeiras Consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

As Demonstrações Financeiras Individuais da controladora foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A emissão das Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas foi autorizada em reunião do Conselho de Administração em 29 de março de 2019.

Detalhes sobre as políticas contábeis da Companhia e suas controladas estão apresentadas na nota explicativa nº 3.

Todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

b. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas Demonstrações Financeiras, individuais e consolidadas estão apresentadas em milhares de Reais, sendo o Real a moeda funcional da Companhia e de suas controladas. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

c. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas Demonstrações Financeiras, individuais e consolidadas, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e de suas controladas e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- i. **Nota explicativa nº 4** - consolidação: determinação se a Companhia detém de fato controle sobre uma investida.

Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício subsequente estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- ii. **Nota explicativa nº 6** - reconhecimento e mensuração da provisão para crédito de liquidação duvidosa;
- iii. **Nota explicativa nº 7** - reconhecimento e mensuração do custo orçado de contratos de serviços e construção;
- iv. **Nota explicativa nº 9** - reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados;
- v. **Nota explicativa nº 14** - mensuração da vida útil dos ativos;
- vi. **Notas explicativas nº 21** - reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos; e

Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia e suas controladas requerem a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Companhia e suas controladas estabelecem uma estrutura de controle relacionada à mensuração dos valores justos.

A avaliação é revisada regularmente considerando os dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se a informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar os valores justos, então são analisadas as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos do CPC/IFRS, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia e suas controladas usam dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- vii. **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- viii. **Nível 2:** inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- ix. **Nível 3:** inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- x. **Nota explicativa nº 10** – Títulos e valores mobiliários
- xi. **Nota explicativa nº 13** – Propriedade para investimentos
- xii. **Nota explicativa nº 28** - Instrumentos financeiros.

d. Base de mensuração

As Demonstrações Financeiras, individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado, propriedades para investimento e títulos e valores mobiliários.

1 Principais políticas contábeis

A Companhia e suas controladas aplicaram as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Base de Consolidação - Controladas

A Companhia controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

Investimentos em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial

Os investimentos da Companhia em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em coligadas e empreendimentos controlados em conjunto (joint ventures).

As coligadas são aquelas entidades nas quais a Companhia, direta ou indiretamente, tenha influência significativa, mas não controle ou controle conjunto, sobre as políticas financeiras e operacionais. Para ser classificada como uma entidade controlada em conjunto, deve existir um acordo contratual que permite a Companhia controle compartilhado da entidade e dá a Companhia direito aos ativos líquidos da entidade controlada em conjunto, e não direito aos seus ativos e passivos específicos.

Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras incluem a participação da Companhia no lucro ou prejuízo líquido do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa ou controle conjunto deixa de existir. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, investimentos em controladas também são contabilizados com o uso desse método.

Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intra-companhias, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intra-companhias, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com

investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da companhia na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais da Companhia e suas controladas pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

Receita operacional

Venda de bens

A receita operacional é reconhecida quando (i) os riscos e benefícios mais significativos inerentes a propriedade dos bens forem transferidos para o comprador, (ii) for provável que benefícios econômicos financeiros fluirão para a Companhia e suas controladas, (iii) os custos associados e a possível devolução de mercadorias puderem ser estimados de maneira confiável, (iv) não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e (v) o valor da receita possa ser mensurado de maneira confiável. A receita é medida líquida de devoluções, descontos comerciais e bonificações.

O momento da transferência dos riscos e benefícios varia dependendo das condições individuais do contrato de venda.

Prestação de serviços

A Companhia e suas controladas reconhecem a receita com a prestação de serviços com base no estágio de conclusão do serviço. O estágio de conclusão é avaliado com base no percentual de execução dos trabalhos.

Contratos de construção

De acordo com o CPC 47, os contratos de construção correspondem a produtos fabricados sob encomenda de clientes, dessa forma o desempenho na execução do contrato não cria um ativo com uso alternativo, não sendo possível redirecionar o ativo para outro uso ou vendê-lo para cliente diferente, seja em função das especificações únicas de projetos, limitações contratuais ou a perdas econômicas proibitivas. Para mensuração do progresso em relação à satisfação completa da obrigação de desempenho, a Companhia aplica métodos de insumo, os quais reconhecem a receita com base nos custos incorridos referentes aos recursos consumidos, em relação aos custos dos insumos esperados totais para a satisfação da obrigação de desempenho. Os contratos com estas características implicam no direito de pagamento pelo desempenho concluído total ou parcialmente. A receita do contrato compreende o valor inicial acordado no contrato acrescido de quaisquer variações decorrentes de solicitações adicionais do cliente, pleitos e pagamentos de incentivos contratuais, na medida em que seja provável que elas irão resultar em receita e possam ser mensuradas de forma confiável.

Aluguel de propriedades para investimento

A receita de aluguel de propriedade para investimento é reconhecida no resultado do exercício pelo método linear durante o prazo do arrendamento. A receita de aluguel de outras propriedades é

reconhecida como “outras receitas”.

3.4 Instrumentos financeiros

A Companhia e suas controladas classificam ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: Ativos Financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, Custo amortizável (empréstimos e recebíveis) e Ativos Financeiros disponíveis para venda.

A Companhia e suas controladas classificam passivos financeiros não derivativos na categorias de Outros passivos financeiros.

Ativos e passivos financeiros não derivativos - Reconhecimento e desreconhecimento.

A Companhia e suas controladas reconhecem os empréstimos e recebíveis e instrumentos de dívida inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos na data da negociação quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia e suas controladas desreconhecem um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia e suas controladas transferem os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia e suas controladas em tais ativos financeiros transferidos, são reconhecidos como um ativo ou passivo separado.

A Companhia e suas controladas desreconhecem um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia e suas controladas tenham atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Ativos financeiros não derivativos - Mensuração

Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. São mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício.

Empréstimos e recebíveis

Esses ativos são mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

Caixa e equivalentes de caixa

São classificados nesta rubrica os valores em caixa, saldos positivos em conta movimento, aplicações financeiras de liquidez imediata ou resgatáveis no prazo de até 90 dias da data de contratação e com risco insignificante de mudança de seu valor justo. As aplicações financeiras denominadas como equivalentes de caixa são classificadas na categoria “ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado”.

Ativos financeiros disponíveis para venda

Esses ativos são mensurados inicialmente pelo seu valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, eles são mensurados pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável e diferenças de moedas estrangeiras sobre instrumentos de dívida, são reconhecidas em outros resultados abrangentes e acumuladas dentro do patrimônio líquido como ajustes de avaliação patrimonial. Quando esses ativos são desreconhecidos, os ganhos e perdas acumulados mantidos como ajustes de avaliação patrimonial são reclassificados para o resultado.

Passivos financeiros não derivativos - Mensuração

Um passivo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo desses passivos, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício.

Outros passivos financeiros não derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

Mensuração de Ativos e Passivos Financeiros – Novo pronunciamento

A Companhia avaliou que a principal diferença na mensuração de ativos e passivos financeiros decorrente da adoção do novo pronunciamento está relacionada com a alteração do conceito de redução no valor recuperável das contas a receber, que, além do conceito de perda verificada, incorpora também o conceito de perda esperada. De acordo com o CPC 48 (IFRS 9), as perdas de crédito são reconhecidas mais cedo do que de acordo com o CPC 38 (IAS 39), assim, a Companhia passou a reconhecer a perda de crédito esperada para os contratos vendidos, juntamente com o reconhecimento das respectivas receitas. Conforme contemplado no item 7.2.15 do referido pronunciamento, a Companhia optou por não rerepresentar períodos anteriores, reconhecendo, desta forma, o impacto da adoção inicial no saldo de abertura das reservas de lucro, conforme segue:

	Controladora			Consolidado		
	Saldos originalmente apresentados em 31/12/17	Efeitos da adoção inicial CPC 48	Saldos após aplicação do CPC 48 em 01/01/18	Saldos originalmente apresentados em 31/12/17	Efeitos da adoção inicial CPC 48	Saldos após aplicação do CPC 48 em 01/01/18
ATIVO						
ATIVO CIRCULANTE	252.833	(9.374)	243.459	251.301	(9.374)	241.927
Contas a Receber	86.748	(9.374)	77.374	95.158	(9.374)	85.784
Demais contas	166.085	-	166.085	156.143	-	156.143
Demais contas do Ativo	589.799	-	589.799	586.743	-	586.743
TOTAL DO ATIVO	842.632	(9.374)	833.258	838.044	(9.374)	828.670
PASSIVO						
Demais contas do passivo	630.666		630.666	626.078		626.078
PATRIMONIO LÍQUIDO	211.966	(9.374)	202.592	211.966	(9.374)	202.592
Capital Social	116.800		116.800	116.800		116.800
Reservas de Capital	111.335		111.335	111.335		111.335
Ajustes de Avaliação Patrimonial	181.597		181.597	181.597		181.597
Prejuízos acumulados	(197.766)	(9.374)	(207.140)	(197.766)	(9.374)	(207.140)
TOTAL DO PASSIVO	842.632	(9.374)	833.258	838.044	(9.374)	828.670

Capital Social

Ações ordinárias

Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como redutores do patrimônio líquido. Efeitos de impostos relacionados aos custos dessas transações estão contabilizadas conforme o CPC 32 / IAS 12.

Ações preferenciais

Ações preferenciais não resgatáveis são classificadas no patrimônio líquido, pois o pagamento de dividendos é discricionário, e elas não geram qualquer obrigação de entregar caixa ou outro ativo financeiro da Companhia e não requerem liquidação em um número variável de instrumentos patrimoniais. Dividendos discricionários são reconhecidos como distribuições no patrimônio líquido na data de sua aprovação pelos acionistas da Companhia.

Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definido em estatuto são reconhecidos como passivo.

3.5 Contas a receber

As contas a receber são registradas pelo valor faturado, ajustado pela provisão para créditos de liquidação duvidosa, quando aplicáveis, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia e suas controladas. Esta conta inclui efeitos a faturar, relativos aos produtos sob encomenda cujas receitas são apuradas por meio do progresso em relação à satisfação completa da obrigação de desempenho, estão demonstrados líquidos do seu recebimento.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa - PCLD é constituída com base na avaliação da companhia que utiliza o conceito de redução no valor recuperável das contas a receber, que, além da perda verificada, incorpora também o conceito de perda esperada.

3.6 Estoques

Os estoques são avaliados com base no custo histórico de aquisição ou de produção, acrescido de gastos relativos a transportes, armazenagem e impostos não recuperáveis. No caso de produtos industrializados,

em processo e acabados, o estoque inclui os gastos gerais de fabricação com base na capacidade normal de produção. Os valores de estoques contabilizados não excedem os valores de mercado e são constituídas provisões para perdas quando consideradas necessárias pela Administração.

3.7 Investimentos

Os investimentos da Companhia em suas controladas, controlada em conjunto e coligada são avaliados pelo método da equivalência patrimonial, conforme CPC 18 (IAS 28) e são contabilizados no balanço patrimonial ao custo, adicionado das mudanças ocorridas após a aquisição das respectivas participações societárias. Tais mudanças ou variações são apresentadas na demonstração de resultados como equivalência patrimonial.

3.8 Propriedades para investimento

A propriedade para investimento inclusive instalações industriais e edificações, quando aplicável, são inicialmente mensurada pelo custo e subsequentemente ao valor justo, sendo que quaisquer alterações posteriores no valor justo são reconhecidas no resultado.

Ganhos e perdas na alienação de uma propriedade para investimento (calculado pela diferença entre o valor líquido recebido na venda e o valor contábil do item) são reconhecidos no resultado. Quando uma propriedade para investimento anteriormente reconhecida como ativo imobilizado é vendida, qualquer montante reconhecido em ajuste de avaliação patrimonial é transferido para lucros acumulados.

3.9 Ativo imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (impairment). O custo de certos itens do imobilizado em 1º de janeiro de 2009, data de transição da Companhia e suas controladas para os CPCs (IFRS) foi determinada com base em seu valor justo naquela data.

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

Reclassificação para propriedade para investimento

Quando o uso da propriedade muda de ocupada pelo proprietário para propriedade para investimento, a propriedade é remensurada ao seu valor justo e reclassificada como propriedade para investimento. A diferença resultante entre o valor residual do ativo e valor justo é reconhecido como outros resultados abrangentes no patrimônio líquido no momento da sua transferência e mensuração posterior do valor justo é reconhecido no resultado..

Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia e suas controladas.

Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja certo que a Companhia e suas controladas obterão a propriedade do bem ao final do arrendamento. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e comparativo estão demonstradas na nota explicativa nº 14.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

3.10 Arrendamento mercantil

Arrendamento financeiro

Determinados contratos de arrendamento mercantil transferem substancialmente à Companhia e suas controladas os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo. Esses contratos são caracterizados como contratos de arrendamento financeiro e os ativos são reconhecidos pelo menor valor entre o valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos previstos em contrato, acrescidos, quando aplicável, dos custos iniciais diretos incorridos na transação. Os bens reconhecidos como ativos são depreciados pelas taxas de depreciação aplicáveis a cada grupo de ativo conforme a Nota Explicativa nº 14. Os encargos financeiros relativos aos contratos de arrendamento financeiro são apropriados ao resultado ao longo do prazo do contrato, com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva.

Arrendamento operacional

Pagamentos efetuados sob um contrato de arrendamento operacional, que incluem aluguéis de equipamentos e imóveis, quando aplicável, são reconhecidos como despesas no demonstrativo de resultados em bases lineares pelo prazo do contrato de arrendamento.

3.11 Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis com vida útil indefinida compreendem os saldos de ágio adquiridos por meio de combinação de negócios que têm como fundamento econômico a rentabilidade futura, tais ativos não são amortizados e tem o seu valor recuperável testado, anualmente

Os ativos intangíveis com vida útil definida estão representados por softwares e são amortizados pelo tempo remanescente estimado para uso. A amortização inicia-se com a entrada do software em operação.

3.12 Redução ao valor recuperável

Ativos financeiros não-derivativos

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, incluindo investimentos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Para investimentos em títulos patrimoniais, evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável inclui um declínio significativo ou prolongado no seu valor justo abaixo do custo.

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

A Companhia e suas controladas consideram evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que possa ter ocorrido, mas não tenha ainda sido identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia e suas controladas

utilizam tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia e suas controladas consideram que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda, a provisão é revertida para o resultado.

Ativos financeiros disponíveis para venda

Perdas por redução ao valor recuperável de ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidas pela reclassificação da perda acumulada reconhecida em ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio líquido para o resultado. A perda reclassificada é a diferença entre o custo de aquisição, líquido de qualquer reembolso e amortização do principal, e o valor justo atual, diminuído de qualquer redução por perda de valor recuperável previamente reconhecida no resultado. Caso o valor justo de um título de dívida, para o qual tenha sido reconhecida uma perda no valor recuperável, apresente aumento e, esse aumento possa ser objetivamente relacionado a um evento ocorrido após a perda por redução no valor recuperável ter sido reconhecida, então a perda é revertida e o valor da reversão é reconhecido no resultado. Perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas no resultado para instrumentos patrimoniais classificados como ativos financeiros disponíveis para venda não são revertidas.

Investidas contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial

Uma perda por redução ao valor recuperável referente a uma investida avaliada pelo método de equivalência patrimonial é mensurada pela comparação do valor recuperável do investimento com seu valor contábil. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado e é revertida se houver uma mudança favorável nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável.

Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia e suas controladas, que não propriedade para investimento, estoques e ativos fiscais diferidos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso do ágio, o valor recuperável é testado anualmente.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos, ou UGCs (Unidade Geradora de Caixa).

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ágio não é revertida. Quanto aos demais

ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

3.13 Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago relativo aos planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia e suas controladas tiverem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em virtude de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação puder ser estimada de maneira confiável.

3.14 Provisões

As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia e suas controladas possuem uma obrigação legal ou construtiva como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação.

3.15 Imposto de renda e contribuição social

Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar estimado sobre o lucro tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar é reconhecido no balanço patrimonial como passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto diferido não é reconhecido para:

- Diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o prejuízo ou lucro tributável nem o resultado contábil;
- Diferenças temporárias relacionadas a investimentos em controladas, coligadas e empreendimentos sob controle conjunto, na extensão que a Companhia e suas controladas sejam capaz de controlar o momento da reversão da diferença temporária e seja provável que a diferença temporária não será revertida em futuro previsível; e
- Diferenças temporárias tributáveis decorrentes do reconhecimento inicial de ágio.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia e suas controladas esperam recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

3.16 Prejuízo por ação

O resultado por ação básico e diluído é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias e preferenciais em circulação no respectivo período, nos termos do CPC 41- Resultado por Ação e IAS 33 - Resultado por Ação. Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 o resultado por ação básico e diluído são iguais.

3.17 Informação por segmento

Um segmento operacional é um componente que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas. As demonstrações financeiras incluem dois segmentos, sendo mecânica correspondente à fabricação de equipamentos sob encomenda e aços e serviços representado pela laminação de metais e serviços diversos.

3.18 Novas normas e Interpretações ainda não efetivas

IFRS 16 – Arrendamentos: Refere-se à contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial. Exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019.

A Administração da Companhia efetuou uma avaliação preliminar e entende que a aplicação dos pronunciamentos mencionados a serem adotados nas suas Demonstrações Financeiras nas datas exigidas não trarão efeitos relevantes sobre os saldos reportados anteriormente.

10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor:

a) os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:

i. arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos

Não aplicável.

ii. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos

Não aplicável

iii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Não aplicável

iv. contratos de construção não terminada

Não aplicável

v. contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Não aplicável

b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não aplicável

10.7 - Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.6, os diretores devem comentar:

a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Não aplicável

b) natureza e o propósito da operação

A natureza do arrendamento operacional é aluguel e o propósito é cobrir necessidades temporárias de tais recursos.

c) natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não aplicável

10.8 – Plano de Negócios

a) Investimentos

Orçamento de Capital

Não houve proposta de retenção de lucros para orçamento de capital relativa ao resultado do exercício de 2018.

b) Aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia.

Não existe no momento planos de aprovação para aquisição de novos ativos.

c) Novos Produtos e serviços

Considerando que a Companhia atua principalmente na fabricação de equipamentos sob encomenda, não existe no momento intenção de alteração do foco de atuação.

C) ASSEMBLÉIA GERAL E ADMINISTRAÇÃO

Sempre que a Assembléia Geral for convocada para eleger Administradores ou Membros do Conselho Fiscal, a companhia deve fornecer, no mínimo, as informações indicadas nos itens 12.5 a 12.10 do formulário de referência, relativamente aos candidatos indicados ou apoiados pela administração ou pelos acionistas controladores

12.5. Em relação a cada um dos administradores e membros do conselho fiscal do emissor, indicar a seguir:

MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:

a.	Nome	CLAUDIO BARDELLA
b.	Data de nascimento	23/11/1938
c.	Profissão	Engenheiro
d.	CPF	001.674.528-00
e.	Cargo eletivo ocupado	Presidente do Conselho de Administração
f.	Data de eleição	29/04/2016
g.	Data de posse	29/04/2016
h.	Prazo do mandato	1 ano
i.	Outros cargos ou funções exercidos no emissor	Diretor da Bardella Administradora de Bens e Empresas e Corretora de Seguros Ltda. (empresa controlada) e Diretor da Energo Agro Industrial Ltda (empresa controlada)
j.	Se foi eleito pelo controlador ou não	Sim
k.	Se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado pelo emissor para determinar a independência	Não
l.	Número de mandatos consecutivos	36
m.	Informações sobre:	
	<p>i.principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:</p> <ul style="list-style-type: none"> • nome e setor de atividade da empresa • cargo • se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor <p><u>Bardella S/A Indústrias Mecânicas</u> Atividade Principal: Indústria Mecânica</p> <ul style="list-style-type: none"> • 2004 até a presente data Presidente do Conselho de Administração; • 1980 à 2003 Presidente da Diretoria e do Conselho de Administração; • 1970 - Diretor Presidente e Vice Presidente do Conselho de Administração; • 1966 - Diretor Vice Presidente; • 1965 - Diretor Superintendente; • 1963 - Assistente de Diretoria; • 1953 a 1961 – Estagiário; <p><u>Bardella Administradora de Bens e Empresas e Corretora de Seguros Ltda (empresa controlada)</u> Atividade Principal: Corretora de seguros</p> <ul style="list-style-type: none"> • Diretor <p><u>Energo Agro Industrial Ltda (empresa controlada)</u> Atividade Principal: Agronegócio</p> <ul style="list-style-type: none"> • Diretor <p><u>CB Holding S/A (empresa controlada por acionista do emissor que detêm participação direta superior a 5%)</u></p>	

	<p>Atividade Principal: Holdings de instituições não-financeiras</p> <ul style="list-style-type: none"> Dez/2009 até a presente data Diretor Presidente <p>ii.indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor: Nenhum</p>				
n.	<p>descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:</p> <p>i.qualquer condenação criminal: Não Aplicável</p> <p>ii.qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas: Não Aplicável</p> <p>iii.qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer: Não Aplicável</p>				
12.6	<p>Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro do conselho de administração ou do conselho fiscal no último exercício, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo:</p>				
	<table border="1"> <tr> <td>Total de reuniões realizadas pelo respectivo órgão desde a posse</td> <td>7</td> </tr> <tr> <td>% de participação do membro nas reuniões realizadas após a posse</td> <td>100%</td> </tr> </table>	Total de reuniões realizadas pelo respectivo órgão desde a posse	7	% de participação do membro nas reuniões realizadas após a posse	100%
Total de reuniões realizadas pelo respectivo órgão desde a posse	7				
% de participação do membro nas reuniões realizadas após a posse	100%				

a.	Nome	JOSÉ ROBERTO MENDES DA SILVA
b.	Data de nascimento	03/04/1949
c.	Profissão	Engenheiro
d.	CPF	598.894.118-49
e.	Cargo eletivo ocupado	Vice-Presidente do Conselho de Administração e Diretor Presidente
f.	Data de eleição	29/04/2018 Eleição Conselho de Administração 10/05/20186 Eleição Diretoria
g.	Data de posse	29/04/2016 e 10/05/2016
h.	Prazo do mandato	1 ano
i.	Outros cargos ou funções exercidos no emissor	Diretor de Relações com Investidores Diretor da Barefame Instalações Industriais Ltda
j.	Se foi eleito pelo controlador ou não	Sim
k.	Se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado pelo emissor para determinar a independência	Não
l.	Número de mandatos consecutivos	2 anos no cargo de Vice-Presidente do Conselho de Administração 13 anos no cargo de Diretor Presidente
m.	Informações sobre:	
	i.principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:	<ul style="list-style-type: none"> • nome e setor de atividade da empresa • cargo • se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor <ul style="list-style-type: none"> • 2006 até a presente data – Diretor do Centro Corporativo e as áreas de vendas de Trefilados e Laminados. • 2004 até a presente data – Diretor Presidente da Bardella S/A Indústrias Mecânicas; • 2001 até a presente data – Diretor de Relações com Investidores da Bardella S/A Indústrias Mecânicas; • 2001 – Vice Presidente da Abdib – Associação Brasileira da Infra-estrutura e Indústrias de Base; • 1998 / 2003 - Diretor Vice Presidente da Bardella S/A Indústrias Mecânicas; • 1996 - Diretor Financeiro do Centro Corporativo - Bardella S/A Indústrias Mecânicas; • 1991 - Diretor Administrativo e Financeiro - Prensas Schuler S/A; • 1990 - Gerente de Informática - Prensas Schuler S/A; • 1986 - Superintendente Comercial - Bardella S/A Indústrias Mecânicas; • 1975 - Gerente de Planejamento - Bardella S/A Indústrias Mecânicas; • 1972 - Engenheiro - Bardella S/A Indústrias Mecânicas.
	ii.indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor:	Nenhum
n.	descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os	

	últimos 5 anos: i. qualquer condenação criminal: Não Aplicável ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas: Não Aplicável iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer: Não Aplicável	
12.6	Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro do conselho de administração ou do conselho fiscal no último exercício, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo:	
	Total de reuniões realizadas pelo respectivo órgão desde a posse	7 reuniões do Conselho de Administração
	% de participação do membro nas reuniões realizadas após a posse	100%

MEMBROS DA DIRETORIA:

a.	Nome	JOSÉ ROBERTO MENDES DA SILVA
e.	Cargo eletivo ocupado	Vice-Presidente do Conselho de Administração e Diretor Presidente
	Experiência profissional citada nos Membros do Conselho de Administração	

a.	Nome	EDUARDO FANTIN
b.	Data de nascimento	10/04/1964
c.	Profissão	Engenheiro
d.	CPF	052.498.738-63
e.	Cargo eletivo ocupado	Pertence apenas à Diretoria
f.	Data de eleição	10/05/2016
g.	Data de posse	10/05/2016
h.	Prazo do mandato	1 ano
i.	Outros cargos ou funções exercidos no emissor	Nenhum
j.	Se foi eleito pelo controlador ou não	Não
k.	Se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado pelo emissor para determinar a independência	Não
l.	Número de mandatos consecutivos	10
m.	Informações sobre:	
	i.principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando: <ul style="list-style-type: none"> • nome e setor de atividade da empresa • cargo • se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor <ul style="list-style-type: none"> • 2013 até a presente data – Diretor – Área comercial de Energia, Metalurgia, Mineração, Petróleo e Gás, Movimentação de Cargas, Peças e Serviços, Gerenciamento de Contratos, bem como a direção da área de vendas de serviços de montagem da controlada Barefame Instalações Industriais Ltda; • 2011 à 2012 – Diretor – Área comercial de Energia, Metalurgia, Mineração, Petróleo e Gás, Movimentação de Cargas, Peças e Serviços, Gerenciamento de Contratos, administração do Projeto Jirau, bem como a direção da área de vendas de serviços de montagem da controlada Barefame Instalações Industriais Ltda. - Bardella S. A. Industrias Mecânicas; • 2006 à 2010 - Diretor – Área comercial de Energia, Metalurgia, Mineração, Petróleo e Gás, Movimentação de Cargas, Peças e Serviços, Gerenciamento de Contratos, bem como a direção da área de vendas de serviços de montagem da controlada Barefame Instalações Industriais Ltda. - Bardella S. A. Industrias Mecânicas; • 2003 – Gerente de Vendas – Bardella S.A. Indústrias Mecânicas. ii.indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor: Nenhum	
n.	descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:	
	i.qualquer condenação criminal: Não Aplicável	

	ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas: Não Aplicável
--	---

	iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer: Não Aplicável
--	--

a.	Nome	ROBERTO VEIGA
b.	Data de nascimento	21/11/1960
c.	Profissão	Engenheiro
d.	CPF	019.289.998-83
e.	Cargo eletivo ocupado	Pertence apenas à Diretoria
f.	Data de eleição	10/05/2016
g.	Data de posse	10/05/2016
h.	Prazo do mandato	1 ano
i.	Outros cargos ou funções exercidos no emissor	Nenhum
j.	Se foi eleito pelo controlador ou não	Não
k.	Se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado pelo emissor para determinar a independência	Não
l.	Número de mandatos consecutivos	1
m.	Informações sobre:	
	<p>i.principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:</p> <ul style="list-style-type: none"> • nome e setor de atividade da empresa • cargo • se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor • Mai/2016 – Diretor – Áreas do Centro Corporativo incluindo Suprimentos, Financeiro, Contabilidade, Custos, Recursos Humanos e Informática - Bardella S/A Indústrias Mecânicas; • 2013 a atual – Atuando junto à presidência no desenvolvimento de novos negócios com foco no setor eólico e atuando no suporte às áreas comerciais e financeira, em negociações pontuais e específicas como também desenvolvendo atividades junto ao executivo e legislativo do governo federal em busca de solução de pendências junto a empresas governamentais – Bardella S/A Indústrias Mecânicas; • 2011 a 2013 – Diretor de Operações – Responsável pela interface da empresa com órgãos governamentais, (Associações de Classe, negociações comerciais com empresas públicas e pela gestão das atividades de suprimentos nacional e internacional, logística, importação e exportação – Wobben Windpower Ind. & Com. – Enercon GMBH; • 2009 a 2011 – Diretor Financeiro e de Controladoria – Responsável pela gestão Financeira e de Controladoria da empresa, Suprimentos nacional e internacional, Logística, Importação e Exportação - Wobben Windpower Ind. & Com. – Enercon GMBH. <p>ii.indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor: Nenhum</p>	

n.	<p>descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:</p> <p>i. qualquer condenação criminal: Não Aplicável</p> <p>ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas: Não Aplicável</p> <p>iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer: Não Aplicável</p>
----	---

12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.5 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários: Não aplicável

12.8. Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo: Não aplicável.

12.9. Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco: Não aplicável.

12.10. Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores e controladas, controladores e outros:

Exercício Social 31/12/2018

Administrador do emissor:

Nome do Administrador: José Roberto Mendes da Silva

CPF: 598.894.118-49

Cargo/Função: Diretor Presidente e Vice Presidente do Conselho de Administração

Pessoa Relacionada:

Barefame Instalações Industriais Ltda

CNPJ: 44.259.372/0001-02

Cargo/Função: Diretor Executivo

Tipo de relação do administrador com a pessoa relacionada: Controle

Tipo de pessoa relacionada: Controlada Direta

Administrador do emissor:

Nome do Administrador: Claudio Bardella

CPF: 001.674.528-00

Cargo/Função: Presidente do Conselho de Administração

Pessoa Relacionada:

Energo Agro Industrial Ltda

CNPJ: 43.667.427/0001-50

Cargo/Função: Diretor

Tipo de relação do administrador com a pessoa relacionada: Controle

Tipo de pessoa relacionada: Controlada Direta

Administrador do emissor:

Nome do Administrador: Claudio Bardella

CPF: 001.674.528-00

Cargo/Função: Presidente do Conselho de Administração

Pessoa Relacionada:

Bardella Administradora de Bens e Empresas e Corretora de Seguros Ltda

CNPJ: 60.851.599/0001-07

Cargo/Função: Diretor Presidente

Tipo de relação do administrador com a pessoa relacionada: Controle

Tipo de pessoa relacionada: Controlada Direta

Exercício Social 31/12/2017

Administrador do emissor:

Nome do Administrador: José Roberto Mendes da Silva

CPF: 598.894.118-49

Cargo/Função: Diretor Presidente e Vice Presidente do Conselho de Administração

Pessoa Relacionada:

Barefame Instalações Industriais Ltda

CNPJ: 44.259.372/0001-02

Cargo/Função: Diretor Executivo

Tipo de relação do administrador com a pessoa relacionada: Controle

Tipo de pessoa relacionada: Controlada Direta

Administrador do emissor:

Nome do Administrador: Claudio Bardella

CPF: 001.674.528-00

Cargo/Função: Presidente do Conselho de Administração

Pessoa Relacionada:

Energo Agro Industrial Ltda

CNPJ: 43.667.427/0001-50

Cargo/Função: Diretor

Tipo de relação do administrador com a pessoa relacionada: Controle

Tipo de pessoa relacionada: Controlada Direta

Administrador do emissor:

Nome do Administrador: Claudio Bardella

CPF: 001.674.528-00

Cargo/Função: Presidente do Conselho de Administração

Pessoa Relacionada:

Bardella Administradora de Bens e Empresas e Corretora de Seguros Ltda

CNPJ: 60.851.599/0001-07

Cargo/Função: Diretor Presidente

Tipo de relação do administrador com a pessoa relacionada: Controle

Tipo de pessoa relacionada: Controlada Direta

Exercício Social 31/12/2016

Administrador do emissor:

Nome do Administrador: José Roberto Mendes da Silva

CPF: 598.894.118-49

Cargo/Função: Diretor Presidente e

Pessoa Relacionada:

Barefame Instalações Industriais Ltda
CNPJ: 44.259.372/0001-02
Cargo/Função: Diretor Executivo
Tipo de relação do administrador com a pessoa relacionada: Controle
Tipo de pessoa relacionada: Controlada Direta

Administrador do emissor:

Nome do Administrador: Claudio Bardella
CPF: 001.674.528-00
Cargo/Função: Presidente do Conselho de Administração

Pessoa Relacionada:

Energo Agro Industrial Ltda
CNPJ: 43.667.427/0001-50
Cargo/Função: Diretor
Tipo de relação do administrador com a pessoa relacionada: Controle
Tipo de pessoa relacionada: Controlada Direta

Administrador do emissor:

Nome do Administrador: Claudio Bardella
CPF: 001.674.528-00
Cargo/Função: Presidente do Conselho de Administração

Pessoa Relacionada:

Bardella Administradora de Bens e Empresas e Corretora de Seguros Ltda
CNPJ: 60.851.599/0001-07
Cargo/Função: Diretor Presidente
Tipo de relação do administrador com a pessoa relacionada: Controle
Tipo de pessoa relacionada: Controlada Direta

12.11. Descrever as disposições de quaisquer acordos, inclusive apólices de seguro, que prevejam o pagamento ou o reembolso de despesas suportadas pelos administradores, decorrentes da reparação de danos causados a terceiros ou ao emissor, de penalidades impostas por agentes estatais, ou de acordos com o objetivo de encerrar processos administrativos ou judiciais, em virtude do exercício de suas funções: Não aplicável.

12.12. Informar se o emissor segue algum código de boas práticas de governança corporativa, indicando, em caso afirmativo, o código seguido e as práticas diferenciadas de governança corporativa adotadas em razão do mesmo:

As operações da Companhia são desenvolvidas no âmbito de seu sistema de controle interno, julgado pela Administração como adequado para as operações. Os Administradores, Empregados e Colaboradores são orientados a observarem o não cometimento dos atos lesivos e demais disposições previstos na Lei 12.846/13.

12.13. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes: Não Aplicável.

D) Remuneração dos Administradores

Sempre que a Assembleia Geral dos acionistas for convocada para fixar a remuneração dos administradores, a companhia deve fornecer as informações indicadas no item 13 do formulário de referência.

13.1. Política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração:

a) objetivos da política ou prática de remuneração

O objetivo da política de remuneração é atrair e reter membros da administração capacitados e com conhecimento do tipo de negócio da Companhia, para que possam contribuir para o desenvolvimento, melhorias constantes da competitividade, bem como definir estratégias futuras.

b) composição da remuneração

A remuneração é composta de partes fixa e variável, sendo que a parte fixa é estabelecida dentro de padrões e da metodologia Hay aplicada ao mercado de executivos, segundo pesquisas anuais realizadas por empresa especializada (Hay Group). A composição fixa e variável visa manter a remuneração dentro dos limites de mercado.

O montante global anual da remuneração fixa do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria, bem como seu reajuste são determinados e aprovados em Assembléia Geral Ordinária de Acionistas.

c) Principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

A remuneração variável é vinculada a um plano de metas e depende da existência do Lucro Líquido no exercício.

d) como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

Consecução do plano de metas.

e) como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo

O plano de metas abrange objetivos de curto, médio e longo prazo.

f) existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Não existe remuneração de administradores da controladora suportada por controladas ou controladores diretos ou indiretos.

g) existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Não aplicável.

13.2. Tabela da remuneração reconhecida no resultado dos três últimos exercícios sociais e a prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, diretoria estatutária e do conselho fiscal:

Remuneração efetiva do exercício 2018 R\$ mil	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	4	3	4,77	11,77
Remuneração fixa anual				
Pró-labore	1.251	2.686	379	4.316
Remuneração Variável				
Participação nos resultados	-	-	-	-
Total da remuneração	1.251	2.686	379	4.316
Remuneração efetiva do exercício 2017 R\$ mil	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	4	3	5	12
Remuneração fixa anual				
Pró-labore	1.894	2.773	540	5.207
Remuneração Variável				
Participação nos resultados	-	-	-	-
Total da remuneração	1.894	2.773	540	5.207
Remuneração efetiva do exercício 2016 R\$ mil	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	4	3	5	12
Remuneração fixa anual				
Pró-labore	1.894	2.666	540	5.100
Remuneração Variável				
Participação nos resultados	-	-	-	-
Total da remuneração	1.894	2.666	540	5.100

Proposta de remuneração para o exercício social de 2019 (maio/2019 a abril/2020).

Sobre este item o Sr. Presidente novamente considerou que não havendo lucro no exercício nem tampouco lucros acumulados e, devido a crise econômica conforme já explicada no item anterior, submeteu aos Conselheiros a proposta de manutenção da verba de remuneração global do Conselho de Administração para até R\$ 1.000.000,00 (um milhão de Reais) e para a Diretoria em até R\$ 2.836.000,00 (dois milhões, oitocentos e trinta e seis mil Reais). Os Conselheiros por unanimidade concordaram com a proposta, a qual deverá ser submetida à Assembleia Geral Ordinária.

A Companhia e suas Controladas não patrocinam planos de pensão, benefícios pós emprego e programas de remuneração baseada em ações.

13.3. Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

Remuneração variável (participação nos resultados) dos 3 últimos exercícios sociais do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal:

Remuneração variável 2018 R\$ mil	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	4	3	4,77	11,77
Valor mínimo	1.251	2.686	-	3.937
Valor Máximo	-	-	-	-
Valor c/ atingimento de metas	-	-	-	-
Valor reconhecido	-	-	-	-

Remuneração variável 2017 R\$ mil	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	4	3	5	12
Valor mínimo	1.591	2.292	-	3.883
Valor Máximo	-	-	-	-
Valor c/ atingimento de metas	-	-	-	-
Valor reconhecido	-	-	-	-

Remuneração variável 2016 R\$ mil	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	4	3	5	12
Valor mínimo	1.894	2.666	-	4.560
Valor Máximo	-	-	-	-
Valor c/ atingimento de metas	-	-	-	-
Valor reconhecido	-	-	-	-

13.4. Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente

A Companhia não tem plano de remuneração baseado em ações, portanto os itens 13.6. a 13.9 não são aplicáveis.

13.5. Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

Não aplicável.

13.6. Informações sobre as opções do conselho de administração e da diretoria estatutária

Não aplicável.

13.7 Opções exercidas e ações entregues

Não aplicável.

13.8 Opções exercidas e ações entregues

Não aplicável.

13.9. Ações ou cotas diretas ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pela Companhia, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração e da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão

31/12/2018	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria
Quantidade de ações ordinárias	46.757	1.833	0
Quantidade de ações preferenciais	770	0	0

A Companhia não patrocina planos de previdência.

13.11. Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal:

Remuneração R\$ mil	Diretoria Estatutária		
	2018	2017	2016

Nº de membros	3	3	3
Valor da maior remuneração	1.351	1.395	1.311
Valor da menor remuneração	563	581	749
Valor médio da remuneração	895	924	889

Remuneração R\$ mil	Conselho de Administração		
	2018	2017	2016

Nº de membros	4	4	4
Valor da maior remuneração	1.058	1.570	1.543
Valor da menor remuneração	108	108	117
Valor médio da remuneração	346	474	473

Remuneração R\$ mil	Conselho Fiscal		
	2018	2017	2016

Nº de membros	4,77	5	5
Valor da maior remuneração	88	108	108
Valor da menor remuneração	74	108	108
Valor médio da remuneração	79	108	108

Obs.: Os valores referem-se à remuneração fixa.

Vide proposta de remuneração para 2019 no item 13.2

13.12 Não aplicável.

13.13 Não aplicável

13.14 Não aplicável.

13.15. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos:

O Sr. Cláudio Bardella é diretor das Controladas Bardella Administradora de Bens e Empresas e Corretora de Seguros Ltda. e Energo AgroIndustrial Ltda. com remuneração anual como segue abaixo:

Remuneração (R\$ mil)	2018	2017	2016
Bardella Administradora de Bens e Empresas e Corretora de Seguros Ltda.	20	20	22
Energo Agroindustrial Ltda.	12	11	11

13.16 Fornecer outras informações que o emissor julgue importante

Não identificamos outras informações relevantes além das já disponibilizadas.

E) BOLETIM E INSTRUÇÕES PARA VOTO À DISTÂNCIA

BOLETIM DE VOTO A DISTÂNCIA

Nome:

CNPJ ou CPF do acionista:

Endereço de e-mail:

Orientações de preenchimento

Este boletim para a Assembleia Geral Ordinária (“AGO”) deve ser preenchido caso o acionista opte por exercer o seu direito de voto a distância, nos termos da Instrução CVM 481/09. Nesse caso, é imprescindível que os campos acima estejam preenchidos com nome (ou denominação social) completo do acionista e o número do Cadastro no Ministério da Fazenda, seja de pessoa jurídica (CNPJ) ou de pessoa física (CPF), além de um endereço de e-mail para eventual contato.

Para que este boletim de voto seja válido e os votos aqui proferidos sejam contabilizados no quórum da AGO, as seguintes instruções devem ser observadas:

- a) Os campos do boletim devem estar devidamente preenchidos;
- b) Todas as páginas do boletim deverão ser rubricadas;
- c) Ao final, o acionista ou seu(s) representante(s) legal(is), conforme o caso e nos termos da legislação vigente, deverá assinar o boletim;

Uma vez recebido o boletim e a documentação exigida, a Companhia avisará o acionista acerca de seu recebimento e de sua aceitação ou não em até 3 (três) dias úteis, nos termos da Instrução CVM 481/09. Caso o boletim de voto não esteja integralmente preenchido ou não venha acompanhado dos documentos comprobatórios, este será desconsiderado e o acionista será informado através do e-mail fornecido.

O boletim e demais documentos comprobatórios deverão ser protocolados na Companhia em até 7 dias antes da data da AGO, ou seja, até o dia 23/04/19. Eventuais boletins recepcionados pela Companhia após a data serão desconsiderados.

Os documentos relativos à AGO e “Proposta da Administração” encontram-se à disposição dos acionistas

na sede social da Companhia, no seu website (www.bardella.com.br) e nos websites da Comissão de Valores Mobiliários – CVM (www.cvm.gov.br) e da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br).

Orientações de entrega

O acionista que opte por exercer o seu direito de voto a distância poderá:

A. Enviar o boletim diretamente à Companhia

Neste caso, deve enviar os documentos listados abaixo:

a) Via física do presente boletim devidamente preenchido, com todas as páginas rubricadas e ao final assinado, observadas as orientações de preenchimento descritas acima;

b) Cópia autenticada dos seguintes documentos:

Pessoas físicas:

- (i) documento de identidade com foto do acionista (RG, RNE, CNH, passaporte ou carteiras de classe profissional oficialmente reconhecidas);
- (ii) em caso de procurador, documento de identificação com foto do mesmo e instrumento de mandato.

Pessoas jurídicas:

- (i) estatuto ou contrato social consolidado e atos societários que comprovem os poderes de representação do acionista (ata de eleição dos diretores e/ou procuração);
- (ii) documento de identificação com foto(s) do(s) representante(s) legal (is) (RG, RNE, CNH, passaporte ou carteiras de classe profissional oficialmente reconhecidas);
- (iii) em caso de procurador, documento de identificação com foto do mesmo e instrumento de mandato.

Fundos de investimento:

Os acionistas constituídos sob a forma de fundos de investimento deverão enviar à Companhia, no mesmo prazo referido no item (a) acima:

- (i) comprovação da qualidade de administrador do fundo conferida à pessoa física ou jurídica que o represente na assembleia geral, ou que tenha outorgado os poderes ao procurador;
- (ii) ato societário do administrador pessoa jurídica que confira poderes ao representante que compareça à assembleia geral ou a quem tenha outorgado a procuração; e
- (iii) caso o representante ou procurador seja pessoa jurídica, os mesmos documentos referidos na alínea (ii) deste item, a ele relativos;

B. Exercício de voto por meio de prestadores de serviços

O acionista que optar por exercer o seu direito de voto a distância por intermédio de prestadores de serviço deverá entrar em contato com seu agente de custódia ou com a instituição escrituradora das ações da Companhia, conforme suas ações estejam ou não depositadas em depositário central, observadas as regras por esses determinadas para transmissão de suas instruções de voto.

Endereço postal e eletrônico para envio do boletim de voto a distância, caso o acionista deseje entregar o documento diretamente à companhia:

Endereço: Rua Hungria, 888, 3º andar, Jardim Europa, CEP 01455-000, São Paulo/SP.

Aos cuidados da Diretoria de Relações com Investidores

E-mail: controladoria@bardella.com.br

O acionista pode, se preferir, enviar as vias digitalizadas deste boletim e dos documentos para o endereço eletrônico da Companhia, sendo também necessário o envio da via original do boletim de voto e das cópias autenticadas dos documentos requeridos sejam entregues no endereço acima da Companhia até o dia 23/04/19.

Indicação da instituição contratada pela Companhia para prestar o serviço de escrituração de valores mobiliários, com nome, endereço físico e eletrônico e telefone:

Itaú Corretora de Valores

Endereço: Rua Ururai, 111, Prédio B, Térreo, Tatuapé

CEP 03084-010

São Paulo/SP – Brasil

Canais de atendimento a acionistas:

- (11) 3003-9285 (capitais e regiões metropolitanas)

0800 7209285 (demais localidades)
Em dias úteis das 9h às 18h
E-mail: atendimentooescrituracao@itau-unibanco.com.br

Deliberações / Questões relacionadas à AGO

Deliberação Simples

1) Aprovação do Relatório da Administração, Demonstrações Financeiras, Parecer dos Auditores Independentes e Parecer do Conselho Fiscal, relativos ao exercício social findo em 31/12/18.

Aprovar Rejeitar Abster-se

Deliberação Simples

2) Proposta do Conselho de Administração sobre a não distribuição de dividendos por falta de condições financeiras tanto para as ações ordinárias quanto para as ações preferenciais conforme Artigo 6º, alínea “a” do Estatuto Social

Aprovar Rejeitar Abster-se

Deliberação Simples

3) Eleição dos membros do Conselho de Administração – Limite de vagas: 4

CLAUDIO BARDELLA - PRESIDENTE

Aprovar Rejeitar Abster-se

JOSÉ ROBERTO MENDES DA SILVA – VICE PRESIDENTE

Aprovar Rejeitar Abster-se

Deliberação Simples

4) Fixação da remuneração global anual da Diretoria, conforme Proposta da Administração em até R\$ 2.836.000,00 (dois milhões, oitocentos e trinta e seis mil Reais).

Aprovar Rejeitar Abster-se

Deliberação Simples

5) Fixação da remuneração global anual do Conselho de Administração, conforme Proposta da Administração em até R\$ 1.000.000,00 (hum milhão de Reais).

Aprovar Rejeitar Abster-se

Cidade: _____

Data: _____

Nome do acionista: _____

Assinatura: _____

E-mail: _____